



O desequilíbrio fiscal e a crise econômica e política

*Ana Elizabeth Reymão**

*Danilo N. C. Marinho**

*Moisés V. Balestro**

Neste artigo são apresentados, de forma resumida, os antecedentes imediatos da crise econômica brasileira e uma análise das medidas propostas no segundo mandato da Presidente Dilma Roussef fazer frente principalmente à crise fiscal, incluindo as repercussões políticas e sociais. A íntegra do artigo está disponível no Instituto de Altos Estudos (IAE) da UGT.

Um componente fundamental dos problemas fiscais diz respeito, em larga medida, às desonerações fiscais ou renúncia de receita. Ao mesmo tempo, a participação da indústria de transformação no PIB caiu de 17,9% em 2004 para 10,9% em 2014. Além disso, as manifestações de 2013 e as eleições de 2014 provocaram medidas de cunho populista por parte do governo como aceleração de gastos sociais e contenção de preços administrados (por ex. combustíveis e energia elétrica).

Contrariamente ao esperado, as desonerações não lograram um aumento substancial das taxas de investimento que pudessem, por meio de um maior crescimento da economia, proporcionar o aumento de receita consistente. Havia uma expectativa de 'efeito multiplicador' das desonerações que não se materializou. Na condição de uma política de estímulo ao crescimento, os gastos com o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) passou de 0,57% do PIB em 2009 para 0,87% do PIB em 2013.

No plano da proteção social, as despesas com seguro-desemprego, abono salarial cresceram de R\$ 44,2 bilhões para R\$ 53,9 bilhões. Da mesma forma, o crescimento das despesas de benefícios assistenciais (LOAS e RMV) foi de R\$ 18,9 bilhões em 2009 para R\$ 25,2 bilhões em 2013. Em 2014, este número aumentou para R\$ 38,6 bilhões.



Um terceiro elemento que compromete as finanças públicas são as despesas com os juros da dívida pública. A despesa com juros foi da ordem de R\$248,9 bilhões (5,14% do PIB) em 2013, ante 4,89% do PIB em 2012.

No plano das medidas de ajuste fiscal anunciadas pelo Governo, chama atenção que os cortes no custeio somaram R\$ 12,5 bilhões. Pouco mais da metade da redução dos investimentos em programas sociais, de qualificação profissional e de infra-estrutura que somam R\$ 20,6 bilhões na proposta de ajuste. Talvez neste sentido seria um item a ser questionado. A margem de cortes de despesas de custeio da máquina pública poderia ser maior ou a proposta de ajuste chegou ao limite com a soma de R\$ 12,5 bilhões.

Verifica-se que desde 2006/2007 ocorreram alertas sobre a progressiva exaustão de um modelo econômico. O ano de 2013 foi um ponto de inflexão na conjuntura brasileira. Não apenas porque centenas de milhares de pessoas de diversos segmentos foram às ruas, mas porque a partir de 2013 os sinais de piora da situação econômica e política do país começam a ficar mais claros. As manifestações não serviram para o governo redirecionar um modelo econômico em exaustão, o contrário, reagiu com medidas conjunturais e populismo fiscal, provavelmente tendo em vista a eleição de 2014. O não reconhecimento em tempo hábil da situação econômica contribuiu para o agravamento da crise.

Uma realidade que se descortina é que a crise econômica associada à fragmentação do poder e incapacidade das instituições políticas construírem um consenso em torno das necessidades mais urgentes do país. A necessidade de corte de despesas e aumento da arrecadação ficou evidente. Há uma clara divisão no país. De um lado o setor produtivo (empresários e suas representações), a mídia e segmentos da sociedade, classes médias tradicionais, clamam por cortes no orçamento da União. De outro, movimentos sociais, setores acadêmicos e sindicais defendem a manutenção dos avanços sociais distributivos dos últimos 20 anos que chocam com os cortes preconizados.

Para além da dicotomia entre a proteção e melhoria social e a eficiência econômica, há os que diagnosticam a necessidade de estímulo ao desenvolvimento, principalmente, à um processo de fortalecimento da indústria e do desenvolvimento tecnológico em bases competitivas no mercado internacional. Sem uma economia competitiva e com sólida base industrial e capacidades tecnológicas mais desenvolvidas, não será possível avançar no bem-estar social.



Outro dado de realidade que se evidencia é a relação entre equilíbrio fiscal e erosão do poder do Estado. Sem um Estado com sólida capacidade fiscal, as possibilidades sustentáveis de crescimento econômico se diluem. Portanto, algum tipo de ajuste é um imperativo categórico.

Na implementação de um ajuste fiscal rigoroso se exacerbam os conflitos distributivos. As primeiras medidas efetivas de ajuste do 2º Governo Dilma vieram em detrimento dos assalariados com a PL 665 que restringiu o acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial. Note-se que 43,4% dos trabalhadores formais no Brasil permanecem menos de seis meses no mesmo emprego e mais da metade (54,8%) ganhavam, em 2013, até dois salários mínimos. Uma medida que trouxe impactos sobre a população mais vulnerável do mercado de trabalho formal.

Como foi demonstrado na proposta orçamentária para 2016, se fez necessário novos ajustes tanto em cortes de gastos como em aumento de arrecadação. A “opinião pública” ou mais precisamente publicada clama por mais cortes no serviço público. Como não é possível a redução de salários dos servidores públicos e corte efetivo, a redução ocorre de forma paulatina com reajustes abaixo da inflação.

Mesmo que se corte parte de programas sociais (por ex. Bolsa Família) ainda não seria suficiente para o equilíbrio das contas. Um imposto provisório, ou outra estratégia de aumento da arrecadação, é incontornável, poderia ser denominado “imposto da crise”. A carga tributária no país é grande e aumentou de 32,65% do PIB em 2004 para 35,91% em 2013. No entanto, talvez este ainda seja um caminho com impacto menor sobre a situação social da maioria da população que depende dos serviços públicos de saúde e educação e dos programas sociais. A CPMF teria alguns pontos que podem ser menos deletérios para a carga tributária. Trata-se de um tributo a ser dividido com estado e municípios com duração provisória proposta de 4 anos e com recursos destinados à previdência social.

Uma central sindical tem que estar atenta para a distribuição dos sacrifícios decorrente da crise que engolfa o país, impostos gravam de forma diferenciada os diferentes segmentos da sociedade, haverá competição entre os interesses estabelecidos. Uma sinalização de responsabilidade para com o futuro é enfrentar a questão previdenciária. Os dados demográficos são claros, a população brasileira está vivendo cada vez mais, o impacto na



previdência é evidente. O populismo previdenciário é deletério. É insensato não haver idade mínima (crescente) para aposentadoria. Os trabalhadores devem rejeitar promessas populistas que comprometam o seu bem estar futuro e de seus descendentes.

O modesto Estado de Bem Estar brasileiro está desmoronando? Deverá sofrer importantes mudanças, deverá ser compatível com uma economia competitiva? A disjuntiva entre crescimento econômico e desenvolvimento social não é uma verdade inexorável. Para muitos autores que se debruçam sobre os desafios do Estado de bem-estar social na globalização, a combinação entre crescimento econômico e políticas de bem-estar social não é algo utópico. Um Estado de bem-estar social pode enxergar as políticas sociais como um fator de produção. Assim, as políticas sociais não são vistas como fardos ou custos a serem arcados pelos cofres públicos, mas como fator produtivo essencial ao desenvolvimento econômico e crescimento do emprego. As centrais sindicais devem ser guardiãs dos interesses do trabalho na distribuição dos benefícios da economia e da sociedade.

*** Colaboradores do IAE-UGT.**